



ARTIGO

TERAPIAS COMPLEMENTARES E INTEGRATIVAS: CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO PELOS DOCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA
*COMPLEMENTARY AND INTEGRATIVE THERAPIES: KNOWLEDGE AND USE BY NURSING TEACHERS IN A PUBLIC INSTITUTION*LUANA BATISTA DA SILVA¹; INDIARA CAMPOS LIMA²; RODRIGO ALMEIDA BASTOS³

1 - Enfermeira graduada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, Brasil.

2 - Professora Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia, Brasil.

3 - Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil.

RESUMO

Enfermagem é uma profissão que cuida do ser humano com base em uma visão holística, sendo as terapias complementares e integrativas um meio de alcançar essa assistência. Essas terapias são regulamentadas pelo Ministério da Saúde, Portaria nº 971/2006 que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Este estudo objetivou identificar aspectos relevantes do conhecimento e utilização das terapias integrativas pelos docentes da graduação em enfermagem de uma instituição pública. Estudo de natureza quantitativa analítica descritiva do tipo corte transversal. População de estudo composta de 40 docentes do curso de graduação em enfermagem. Verificamos que 7,5% nunca ouviram falar sobre terapias complementares, 58,8% relataram que o meio de informação mais comum foi pela utilização pessoal e em familiares, homeopatia a mais conhecida, utilizada e indicada pelos docentes de enfermagem, 55% dos docentes estimulam o uso destas terapias entre os alunos, para 87,5% dos participantes da pesquisa estas terapias são regulamentadas pelo Ministério da Saúde, entretanto, nenhum citou a portaria nº 971/2006. Devemos perceber o homem em seu contexto "biopsicossociocultoespiritoeenergético" para que, dessa forma, se alcance a integralidade na assistência, sendo as terapias complementares uma ferramenta ao dispor dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Terapias complementares; enfermeiros; docentes de enfermagem.

ABSTRACT

Nursing is a occupation which takes care of humans based in a holistic view and a way for achieving that assistance is through complementary therapy. These therapies are regulated in Brazil by the Ministry of Health, Ordinance nº 971/2006 which approve the National Policy of Complementary and Integrative Practices (PNPIC) in the Brazilian health system. This study aimed to identify relevant aspects of knowledge and use of integrative therapies by the nursing teachers in a public institution. This is a descriptive, analytical, quantitative of cross-sectional type study. The studied population is consisted of 40 teachers from the nursing undergraduate course. It was observed that 7.5% had never heard about complementary therapies; 58.8% reported that the most common means of information was by personal use and family; homeopathy was the most known, used and indicated by nursing teachers; 55% of teachers support the use of these therapies among students; 87.5% of respondents said that these therapies are regulated by the Ministry of Health, though none cited the Ordinance No. 971/2006. We must recognize the human in the "bio-psyco-socio-cult-spirit-energetical" context to reach the integral assistance, with complementary therapies as an available tool to health professionals.

Keywords: Complementary therapies; nurses, nursing faculty.

INTRODUÇÃO

As terapias alternativas ou integrativas fundamentam-se em uma visão holística do ser humano, fugindo da abordagem fragmentada e mecanicista do modelo médico dominante que visa à tecnologia, à especialidade e ao

mercantilismo. O holismo vem da palavra grega *holós*, que significa "todo", e traz uma visão geral do indivíduo na qual as emoções, sensações, sentimentos, razão e intuição se compensam e se vigoram, buscando equilibrar o indivíduo no seu aspecto físico, social, mental, espiritual e ambiental¹.



As terapias complementares fazem parte de abordagem holística e natural da saúde, podendo ser descritas^{2,3} como práticas que pertencem ao patrimônio cultural e ao inconsciente coletivo da humanidade. Essas práticas de saúde complementares e integrativas têm se difundido ultimamente pelo mundo inteiro e com grande intensidade, apesar da sua ainda remota utilização. O interesse da população por estas práticas vem crescendo, estimulando os órgãos gestores da saúde a implementar e desenvolver medidas que correspondam aos anseios da sociedade nessa área.

As práticas não convencionais se utilizam de recursos terapêuticos com eficácia comprovada e que complementam as terapias convencionais, respeitando a individualidade de cada um e empregando técnicas seguras, pautadas na responsabilidade profissional, com o pleno conhecimento e consentimento do cliente².

Diante dessa realidade, e com o intuito de garantir a integralidade na atenção à saúde no Sistema Único de Saúde, foi instituído na forma de Portaria Ministerial nº 971 em 03 de maio de 2006, e nº 1.600, de 17 de julho de 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, a qual regulamenta essas práticas no Sistema Único de Saúde⁴.

Outro aspecto a ser considerado em relação às práticas complementares é que, vários conselhos profissionais reconhecem a acupuntura como uma especialidade da terapia complementar, a exemplo do Conselho Federal de Enfermagem, (COFEN). A resolução 197, de março de 1997 do COFEN, estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem, desde que realizado curso reconhecido por instituição de ensino ou entidade congênera, com carga horária mínima de 360 horas⁵.

Ao prestar assistência ao indivíduo, o profissional de saúde deve ter uma visão holística, atuando tanto no corpo físico quanto nas energias mais sutis que o constituem, pois o todo determina o comportamento das partes e, como resultado, é protagonista do cuidado de sua própria saúde⁶.

Além de seu corpo físico, o homem possui uma mente e um espírito que não devem ser separados, e que necessita ser tratado como um todo, no entanto, sem conotação religiosa⁷. O homem holístico é formado por um espectro de sistemas de energias interativas e vários fatores como emoções, fatores nutricionais, fatores estressantes, de natureza puramente física, como a exaustão por excesso de trabalho ou sono insuficiente que podem causar desequilíbrios físicos e emocionais, podendo a pessoa se tornar vulnerável à doença⁸.

A mudança efetiva, com visão holística e aplicabilidade das terapêuticas complementares, deve ser iniciada na formação dos graduandos que precisam ser estimulados pelos docentes a buscarem um ensino mais amplo, redefinindo conceitos e propostas da assistência de enfermagem. O fornecimento de conhecimentos teóricos e evidências científicas destas abordagens terapêuticas poderão torná-los aptos a esclarecer dúvidas e auxiliar na escolha das opções terapêuticas⁹.

As terapias complementares possuem várias vantagens que se caracterizam por intervenções não invasivas, não possuem efeitos colaterais prejudiciais, têm uma importante ação preventiva de desequilíbrio nos níveis físico, mental e emocional, além de poderem ser usadas concomitantemente a outros tratamentos¹.

Estudiosos alertam que, se o ensino das terapias complementares não ocorrer efetivamente, conseqüentemente, essas práticas não serão amplamente utilizadas, podendo gerar um ciclo vicioso e levar à perda de credibilidade pelos pacientes, os quais acabam por aderir somente à terapia farmacológica. Cabe ao enfermeiro, propagar e demonstrar a eficácia destas técnicas em seu local de trabalho¹⁰.

O enfermeiro está cada vez mais atuante e consciente de seu papel e tem condição de explorar diversas modalidades terapêuticas no desempenho de sua atividade profissional, colocando em prática alternativas de atenção ao doente para que, assim, mantenham o exercício de sua autonomia e cidadania. Estas alternativas fazem com que o tratamento oferecido ao paciente seja menos sacrificante e mais prazeroso, podendo até mesmo reduzir o tempo de internação hospitalar, caso se faça necessário¹¹.

Com o incentivo pelo desenvolvimento de políticas para a medicina tradicional, a OMS criou o Programa de Medicina Tradicional, objetivando a formulação de políticas na área, incentivando e estimulando os Estados-membros a adotarem políticas públicas relacionadas à Medicina Tradicional (MT) e Medicina Complementar/Alternativa (MCA), bem como para o desenvolvimento de estudos científicos para melhor conhecimento de sua segurança, eficácia e qualidade¹².

No Brasil, a partir da década de 1980, deu-se a legitimação e a institucionalização dessas abordagens de atenção à saúde, principalmente após a criação do SUS, em um íterim de descentralização e da participação popular, em que os estados e municípios ganharam maior autonomia na definição de suas políticas e ações em saúde, vindo a implantar as experiências pioneiras¹². A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS “recomenda a adoção pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da implantação e implementação das ações e serviços relativos às Práticas Integrativas e Complementares”¹².

O objetivo deste trabalho é identificar aspectos relevantes do conhecimento e a utilização das terapias integrativas pelos docentes do curso de graduação em enfermagem de uma instituição pública.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, analítico, descritivo do tipo corte transversal, que se concretizou em uma etapa, onde foi aplicado um questionário aos docentes do curso de graduação em enfermagem de uma instituição pública de ensino, no período de Outubro à Novembro de 2011.

O quadro de docentes do curso de enfermagem para o semestre 2011.2 era composto por 83 professores quando, no momento da pesquisa, 11 encontram-se afastados para pós-graduação ou por motivo de licença médica ou prêmio, ficando 72 docentes a serem localizados, sendo entregues 64 questionários aos encontrados. Dos questionários entregues foram devolvidos 40, sendo esta a população de estudo.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário individual, contendo informações referentes à situação sociodemográfica, conhecimento, utilização e incentivo das terapêuticas complementares, bem como sua regulamentação.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual de Feira de Santana, protocolo nº 012/2011/CAAE nº 0010.059.000-11, seguindo as especificações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde e utilização do termo de consentimento livre e esclarecido¹³.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 40 docentes do curso de graduação em Enfermagem, que participaram do estudo, constituíram uma população relativamente jovem. A caracterização sociodemográfica apresentou a seguinte distribuição quanto à faixa etária: a maior prevalência 37,5% (15) ocorreu na faixa de 26 a 35 anos, seguida da faixa de 36 a 45 anos, com 30% (12); da faixa de 46 a 55 anos, com 22,5% (09); e da faixa de menor prevalência situada entre 56 a 65 anos, com 10% (04). A maioria da população era feminina, com 82,5% (33) contra 15% (06) do sexo masculino. Sendo que 2,5% (01) não responderam ao questionamento. As proporções eram esperadas, por serem professores do curso de graduação de enfermagem, onde é possível encontrar a maioria do sexo feminino¹⁴.

Em relação à situação conjugal, a maior parte era casada, 52,5% (21), seguida de 27,5% (11) solteiros, 12,5% (05) em união estável, 5% (02) divorciados e 2,5% (01) de viúvos. Pôde ainda ser visualizada, a religião da população estudada, onde 47,5% (19) eram de religião católica, 25% (10) de espíritas, 22,5% (09) evangélicos e 5% (02) declararam não possuir religião. O resultado concordou com o perfil de outra pesquisa¹⁰, considerando que o Brasil é um país predominantemente católico, apesar do sincretismo religioso.

A maioria dos participantes se definiu como branco, correspondendo a 35% (14), 30% (12) pardos, 20% (08) negros, 5% (02) amarelos e 10% (04) não responderam. Quanto à graduação realizada pelos participantes da pesquisa, a maioria dos docentes, 85% (34), era de graduados em enfermagem, e 15% (06) graduados em outros cursos como fisioterapia, psicologia, ciências farmacêuticas, odontologia, engenharia civil e engenharia elétrica/biologia. Quanto à pós-graduação, 60% (24) dos pesquisados possuíam mestrado, 25% (10) eram apenas especialistas e 15% (06) possuíam doutorado.

O tempo de serviço na instituição estudada tinha sua maior frequência em docentes que atuavam há menos de 5 anos,

52,5% (21), próximo dos que atuavam há mais de 5 anos, 45% (18), e 2,5% (01) não responderam. Do total dos participantes, a maioria 52,5% (21) não possuía outro vínculo empregatício. Em contrapartida, 47,5% (19) possuíam outro emprego.

Quando questionados em relação às práticas de terapias complementares, 92,5% (37) possuíam algum tipo de conhecimento em terapias complementares e 7,5% (03) nunca ouviram falar sobre estas, sendo este número próximo ao encontrado em outro estudo¹⁰ realizado com alunos de enfermagem da Universidade de São Paulo, os quais 93,75% conheciam alguma terapia complementar/alternativa e apenas 6,25% não conheciam. Mesmo comparado populações diferentes, há uma aproximação nos achados.

Dos 37 docentes que possuíam algum conhecimento sobre terapias complementares, conforme a Tabela 1, a mais conhecida foi a homeopatia, com 83,8% (31) dos docentes tendo marcado essa opção. A terapia menos conhecida foi o termalismo, com 10,8% (04), sendo citadas ainda outras intervenções por 16,2% (06), a exemplo: aromaterapia, cromoterapia, florais de *bach*, massoterapia, reflexologia, moxabustão, musicoterapia e toque terapêutico.

Tabela 1 – Terapias complementares conhecidas por docentes de enfermagem de uma instituição pública, 2011.

Terapias Complementares	SIM		NÃO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Homeopatia	31	83,8	6	16,2	37	100
Fitoterapia	26	70,3	11	29,7	37	100
Acupuntura	23	62,2	14	37,8	37	100
Termalismo	4	10,8	33	89,2	37	100
Outras terapias	6	16,2	31	83,8	37	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Pela análise dos dados, como se pode averiguar na Tabela 1, a homeopatia é a terapia mais conhecida, dado que não coincide com estudos encontrados, que referem a acupuntura e a terapia floral como as mais conhecidas^{15,10}.

Tabela 2 – Fontes de informação sobre terapias complementares utilizadas por docentes de enfermagem de uma instituição pública, 2011.

Terapias Complementares	SIM		NÃO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Utilização	20	58,8	14	41,2	34	100
Indicação	10	29,4	24	70,6	34	100
Formação acadêmica	6	17,6	28	82,4	34	100
Livros	5	14,7	29	85,3	34	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Dos 37 docentes que já conheciam as terapias complementares, três não informaram os meios pelos quais adquiriram esse conhecimento. De modo que, o contato dos 34 docentes, que responderam essa questão, com estas terapias, como pode ser conferido na Tabela 2, ocorreu: em 58,8% (20), pela utilização pessoal e em familiares; em 29,4% (10), por indicação de terceiros; em 17,6% (06), durante a formação acadêmica; e, em 17,7% (05) dos casos, através de leituras de artigos e livros sobre o tema. Silva et al encontraram, em população similar, maior contato com as terapias originado de leituras de artigos e livros (34,5%) e que apenas 21,9% as utilizavam¹⁰. Pode-se perceber que maior parte do grupo aqui estudado recorre às terapias em questão, sendo uma forma que proporciona mais propriedade em perceber os benefícios, vantagens e desvantagens destes.

Com relação à utilização das terapias complementares, como mostra a Tabela 3, 77,5% (31) dos docentes que participaram da pesquisa utilizavam ou já haviam utilizado alguma terapia complementar, enquanto 16,2% (06) nunca tinham utilizado. Daqueles, a terapia mais utilizada foi a homeopatia, 58,1% (18), seguido da fitoterapia, com 51,6 (15). O termalismo foi citado por 3,2% (01) do grupo, enquanto toque terapêutico e atividade física por 6,4% (02).

No estudo, onde foi pesquisado o uso de terapias alternativas por enfermeiros docentes de instituições públicas e particulares da cidade de São Paulo¹⁶, mostrou-se que 66,1% já haviam feito uso de alguma terapia alternativa, contra 33,9% que afirmaram não fazer uso delas, dado compatível com o presente estudo.

Tabela 3 – Utilização de terapias complementares pelos docentes de enfermagem de uma instituição pública, 2011.

Terapias Complementares	SIM		NÃO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Homeopatia	18	58,1	13	41,9	31	100
Fitoterapia	16	51,6	15	48,4	31	100
Acupuntura	12	38,7	19	61,3	31	100
Termalismo	1	3,2	30	96,8	31	100
Outras terapias	2	6,4	29	93,6	31	100

Fonte: Elaboração dos autores.

O atual estudo também traz semelhanças no que diz respeito à terapia mais utilizada, que foi a homeopatia, apesar de ser uma especialidade médica. No estudo citado, 29,3% referiram seu uso, contra 18% aqui encontrado¹⁶.

Em relação à indicação de terapias complementares, 70% (28) indicavam o uso de terapias complementares e 30% (12) não indicavam. Outro estudo¹⁶ aponta que 94,9% das pessoas investigadas recomendavam o uso das terapias, enquanto que 5,1% não as indicavam por não conhecer o suficiente sobre elas.

As terapias indicadas são apresentadas na Tabela 4, sendo, em 67,9% (19) dos casos, a homeopatia a mais indicada, seguida da acupuntura, indicada por 57,1% (16) dos pesquisados. A fitoterapia foi indicada por 46,4% (13) e 10,7% (03) indicaram outras terapias, como massoterapia, moxabustão, aromaterapia, atividade física e dietoterapia. Comparando a utilização com a indicação, observou-se que os dados se aproximam no que se refere à homeopatia, mais conhecida, pois foi utilizada por 18 pessoas e indicada por 19.

Tabela 4 – Indicação de terapias complementares pelos docentes de enfermagem de uma instituição pública, 2011.

Terapias Complementares	SIM		NÃO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Homeopatia	19	67,9	9	32,1	28	100
Fitoterapia	13	46,4	13	53,6	28	100
Acupuntura	16	57,1	12	42,9	28	100
Termalismo	0	0	28	100	28	100
Outras terapias	3	10,7	25	89,3	28	100

Fonte: Elaboração dos autores.

O incentivo à utilização das terapias complementares aos alunos por parte dos docentes, em suas práticas, observou-se que 55% (22) dos docentes estimulavam o uso de terapias complementares entre os alunos e 40,5% (15) não estimulavam. Outra pesquisa¹⁶ demonstrou que 51% falavam sobre as terapias complementares com os alunos, contra 49%, demonstrando em ambos estudos um percentual ainda pequeno de docentes que incentivam o uso dessas terapias, visto a eficácia comprovada em estudos, a exemplo da acupuntura, homeopatia, fitoterapia, termalismo e medicina antroposófica¹².

Quanto à estimulação da realização de práticas terapêuticas, 22,7% (05) o faziam através do relato de experiências, 18,2% (04) incentivava os alunos a estudarem o tema, 27,3% (06) indicava o uso aos clientes e 31,8% (07) discutiam o assunto na prática. Já em outro estudo¹⁰ os alunos eram questionados se já haviam discutido sobre as terapias alternativas com os docentes e 70,8% responderam negativamente, contra 29,2% positivamente, mostrando diferenças em relação às respostas dadas por docentes deste estudo.

Quanto à regulamentação das terapias complementares e integrativas, observou-se que 87,5% (35) dos participantes da pesquisa afirmaram que as terapias complementares eram regulamentadas pelo Ministério da Saúde, 10% (04) afirmaram que não eram, e 2,5% (01) não responderam a esse questionamento. Em relação ao conhecimento da portaria que regulamenta as terapias, 42,5% (17) responderam positivamente e 55% (22) não possuíam conhecimento desta, enquanto 2,5% (01) não respondeu esse questionamento. Dos docentes

pesquisados, nenhum citou a portaria nº 971 de 03 de maio de 2006 que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.

O curso de graduação em enfermagem da instituição estudada não possuía disciplina obrigatória com enfoque nas terapias complementares em sua grade curricular, em 2011, porém era ofertada a disciplina optativa “Terapêuticas não Convencionais” a todos os estudantes da área de saúde, desde a década de 90, idealizada na mesma época do projeto de extensão “Tnc e Você: um projeto de ensino e extensão em terapias complementares e integrativas”¹⁷. Este fato pode ter influenciado no resultado encontrado.

Apesar de toda a repercussão e divulgação das terapêuticas complementares, estas eram permanecem pouco reconhecidas e muito menos praticadas pelos enfermeiros, talvez por desconhecimento em si, ou dos seus efeitos ou, ainda, sobre o direito de praticá-las, afirmação compatível com o estudo em questão, apesar de quase uma década de intervalo temporal¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do crescente interesse pelas terapias complementares, em nível mundial, tanto por parte dos profissionais de saúde como por pacientes, pôde-se notar que um número significativo de docentes não possuíam quaisquer conhecimentos sobre estas terapias, pois além de não utilizarem deste instrumento como forma de cuidado aos clientes, eles poderiam ser espelho de futuros profissionais que tenderiam a seguir com uma visão puramente alopática, não enxergando outras possibilidades do cuidar.

A homeopatia foi a terapêutica mais conhecida e utilizada, assim como a mais indicada pelos docentes, coincidindo com o estudos pesquisados, apesar de ser uma prática exclusivamente médica, farmacêutica e veterinária. Acredita-se que se deva à credibilidade da terapêutica e ao acesso da população em estudo a essa especialidade.

Uma quantidade relativamente pequena de docentes estimulava os alunos a praticarem as terapias complementares e, os que o faziam, se utilizam da troca de experiências, como metodologia pedagógica, dado já esperado devido a ser essa a forma de contato usual com as terapias mais citadas.

Um resultado de grande relevância foi que nenhum dos professores pesquisados soube citar a portaria que regulamenta as terapias complementares e integrativas, levando esse trabalho a considerar que apesar de pouco tempo de aprovada, em torno de 6 anos, esta deveria ser conhecida pela maioria dos profissionais que podem se utilizar dela, principalmente dos docentes de instituições superiores, visto que são formadores de opinião e incentivadores da prática do cuidar.

Faz-se necessário perceber o homem como um todo, em seu contexto “biopsicosociocultoespiritoenergético”, para que desta forma se alcance a tão almejado integralidade na assistência a saúde, sendo as terapias complementares um

instrumento para o cuidar à disposição dos profissionais, que poderiam ser mais utilizadas e exploradas por aqueles que atuam de forma tão direta com os demais seres humanos.

É importante que o interesse pelas terapêuticas complementares na graduação dos profissionais de enfermagem seja estimulado pelos docentes, objetivando um ensino mais amplo, redefinindo conceitos e propostas de assistência à saúde mais integralizada.

REFERÊNCIAS

1. Tsuchiya KK, Nascimento MJP. Terapias complementares: uma proposta para atuação do enfermeiro. **Rev Enferm UNISA** 2002; 3: 37-42.
2. Lima IC, Bastos RA, Kaipper MD, Santos CMC, Filgueiras J. Terapias complementares: um projeto de extensão. **Rev Conexão** 2012; 8(1): 76-85.
3. Teixeira MZ, Lin CA, Martins MA. O ensino de práticas não-convencionais em saúde nas faculdades de medicina: panorama mundial e perspectivas brasileiras. **Rev. bras. educ. méd.** 2004; 28(1): 51-60.
4. Ministério da Saúde (Brasil). Portaria nº. 2543, de 14 de dezembro de 1995. Instituição do Grupo Assessor Técnico-Científico em Medicinas Não-Convencionais. Brasília(DF); 2005.
5. Conselho Federal de Enfermagem. (Brasil). Resolução COFEN 197. Estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem. In: Conselho Regional de Enfermagem. Documentos básicos de enfermagem. São Paulo (SP); 1997.
6. Melo SCC, Santana RG, Santos DC, Alvim NAT. Práticas complementares de saúde e os desafios de sua aplicabilidade no hospital: visão de enfermeiros. **Rev. bras. enferm.** 2013; 66(6): 840-6.
7. Otani MAP, Barros NF. A Medicina Integrativa e a construção de um novo modelo na saúde. **Ciênc. saúde coletiva** 2011; 16(3): 1801-11.
8. Gerber R. **Medicina vibracional: uma medicina para o futuro**. São Paulo: Cultrix; 1997.
9. Tesser CD, Sousa IMC. Atenção primária, atenção psicossocial, práticas integrativas e complementares e suas afinidades eletivas. **Saude soc.** 2012; 21(2): 336-50.
10. Silva N, Iunes D, Resck Z, Soares M, Souza-Junior D, Vieira N. Estratégias de ensino das terapias alternativas e complementares na graduação em Enfermagem: revisão integrativa. **Rev. eletrônica enferm.** 2013; 15(4): 1061-7.
11. Andrade RLP, Pedrao LJ. Algumas considerações sobre a utilização de modalidades terapêuticas não tradicionais pelo enfermeiro na assistência de enfermagem psiquiátrica.

- Rev. Latino-Am. Enfermagem** 2005; 13(5): 737-42.
12. Ministério da Saúde (BR). Portaria n. 971/2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 maio 2006. Seção 1, p. 20-5.
13. Ministério da Saúde (Brasil). Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996. Regulamenta pesquisa envolvendo seres humanos. **Bioética** 1996; 4(2):15-25.
14. Lopes MJM, Leal SMC. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos Pagu** 2005; (24): 105-25.
15. Barbosa MA. **A utilização de terapias alternativas por enfermeiros brasileiros**. São Paulo; 1994. [Mestrado Dissertação - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo]. São Paulo, 1994.
16. Silva MJP, Benko MA. O uso das terapias alternativas por enfermeiros docentes. **R. Bras. Enferm.** 1998; 51(3): 457-68.
17. Lima IC, Santos CMCS, Kaipper MD. Espaço anti-estresse em eventos científicos na uefs, 2010-2013. **Rev. Transdisciplinar** 2014; 4(4): 19-22.
-

Endereço para correspondência

Indiara Campos Lima

Av. Transnordestina, s/nº, Dept. de Saúde, Campus da UEFS

CEP: 44036-900, Feira de Santana-BA, Brasil.

Tel. 0**(75) 3161-8096.

E-mail: indiaracampos@hotmail.com